



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**Montenegro Cidade das Artes**



**RELATÓRIO DE REUNIÃO**

**Data:** 21.10.2013

**Proc. n.º:** 164 – SI 106/13

**Horário início:** 19h

**Término:** 20h30min

**Assunto:** reunião (continuação) para tratar da possibilidade de disponibilização de radioterapia e quimioterapia no Hospital Montenegro-HM.

**Requerente:** Ver. Roberto Braatz.

**Convidados:** representantes dos municípios que compõem o Vale do Caí, do Hospital Montenegro – HM e da Secretaria Estadual da Saúde – SES.

**Presentes:** Lista de Presenças anexa ao referido processo.

**Principais pontos Destacados:** Vereador Roberto Braatz (PDT) mencionou que, em continuidade à reunião realizada em 07.10, foi agendado este encontro para verificar a posição da 1ª Coordenadoria Regional de Saúde – CRS do Governo do Estado com relação à viabilidade de habilitar o serviço de radioterapia e quimioterapia no Hospital Montenegro – HM. O Diretor Administrativo do HM, Carlos Batista da Silveira, informou que Diretor técnico do HM, Mário de Lucca, já abriu processo junto à 1ª CRS para implantação desse serviço no Hospital, justificando que as altas especialidades são de interesse do HM. Assim, também já foram abertos processos para oferecer serviços de alta complexidade em traumatologia, cardiologia, neurologia, etc. Enfatizou que o HM foi estruturado para chegar à alta complexidade em oncologia. Luís Carlos Soares, Coordenador da 1ª CRS, afirmou que o governo do estado está na busca de construir e dar continuidade a uma política pública de estado, independentemente do que vier a acontecer a partir das eleições de 2014. Declarou que essa demanda da oncologia já está sendo debatida na 1ª CRS. Esclareceu que o processo foi aberto por intermédio do HM, tramitou nas câmaras técnicas da Coordenadoria e está no Departamento de Assistência Hospitalar e Ambulatorial – DAHA. Disse acreditar que em breve o Município pode ter uma notícia boa. Explicou que para que a 1ª CRS habilite um centro de oncologia no HM é necessário fazer adequações conforme a legislação ferrenha que regula a questão, que todos os parâmetros técnicos precisam ser atingidos para que uma casa de saúde possa oferecer esse serviço. Disse ter certeza de que o governo do estado, através do setor técnico do DAHA, está encaminhando esse procedimento para o HM e que o mais rápido possível, dentro das condições do HM de adequar esse serviço às normas técnicas, ele será habilitado, na medida em que o Hospital é referência regional. Ato contínuo, fez uma breve apresentação de slides contendo os dados de investimento do estado do Rio Grande do Sul em saúde (em anexo). Concluiu dizendo que a saúde não se faz de maneira isolada, é preciso que todos estejam engajados em uma rede: os municípios de acordo com sua competência; os municípios maiores, com maior estrutura hospitalar, assumindo sua responsabilidade junto ao governo do estado e ao governo federal; o estado assumindo a sua parcela de responsabilidade, pactuando isso com o governo federal; tudo isso para que num curto espaço de tempo se efetive uma saúde de altíssima qualidade. Ressaltou que grande parte dos gestores públicos no país não entende como funciona a complexidade dos trâmites burocráticos na saúde pública, o que gera entraves na consecução de programas e projetos. Revelou que existem demandas de vários municípios tramitando na 1ª CRS, alguns processos mais



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**Montenegro Cidade das Artes**



avançados, outros no início, aos quais se tenta dar toda celeridade possível. Membro da plateia, “Neca”, mencionou que a Agência Nacional de Saúde–ANS recentemente autorizou 87 procedimentos a serem contemplados pelos planos de saúde privados aos seus usuários, sendo que, dentre estes, 37 são novo medicamentos para quimioterapia via oral. Carlos Batista mostrou-se contente diante das notícias anunciadas pelo Coordenador. Disse que, na medida em que o processo está no DAHA, isso gera tranquilidade nos administradores do HM quanto à contemplação do pleito, pois o fato de estar no DAHA é sinal de que já passou por outros setores técnicos necessários. Revelou ter boa relação com o Diretor do DAHA, Marcos Antônio de Oliveira Lobato, assinalando que entrará em contato com ele para saber dos trâmites, ressaltando que tudo é uma questão de dinheiro, havendo necessidade de se tratar desse tema: necessário analisar os custos para sua implantação de modo que possam ser incluídos no contrato e, assim, assegurar as condições necessárias para o HM efetivar esse serviço. Em tom de festa, declarou que irá contatar com o Diretor Lobato para saber quando será assinado o aditivo para terem a certeza de que poderão contar com isso e providenciar o espaço. Afirmou que, se o processo está no DAHA, é porque está muito bem encaminhado. Luís Carlos explicou que a demanda foi aberta pelo HM. O processo passa a ser analisado por uma série de câmaras técnicas, necessitando de uma série de aprovações, concluindo com a vigilância sanitária. A partir disso, ele é encaminhado para o DAHA, que é o órgão regulador. O próximo passo é a celebração do contrato. Anunciou que o DAHA deve chamar a direção do HM para conversar sobre possíveis adequações, reforçando que tecnicamente o processo está concluído. Vereadores e prefeitos da região louvaram a iniciativa do HM e do Vereador Braatz, justificando que isso diminuirá os deslocamentos das ambulâncias das cidades que orbitam Montenegro. Carlos Batista falou do Programa Nacional para Hospitais de Pequeno Porte – HPP. A região do Vale do Caí tem pequenos hospitais em Triunfo, Brochier, Salvador do Sul, Barão e São Sebastião do Caí. Já conversaram com os secretários de saúde desses municípios, propondo ao estado a criação de uma rede para poder usar esses pequenos hospitais como uma retaguarda para o HM. Para isso, é necessário e estão trabalhando no sentido de adequar os hospitais à Portaria n.º 1.044/04 do Ministério da Saúde – MS, que disponibiliza leitos para unidades de cuidados prolongados. Assim, o HM estaria amparado por leitos de retaguarda, disponíveis para o Hospital, com valores expressivos repassados pelo MS por leito, estando ou não em uso, além de receber dez mil reais por leito para qualificá-lo. O MS, por ordem da Presidenta Dilma, irá visitar todos os pequenos hospitais espalhados pelo Brasil de novembro a fevereiro para ver a potencialidade de cada um deles. Falou do projeto “Pró-Sus” que, caso aprovado pelo Senado Federal, dará quinze anos de prazo para os hospitais filantrópicos pagarem as suas contas com juros irrisórios. Também falou do projeto “Mais Santas Casas”, que está em elaboração para o próximo ano. Esclareceu que isso dará fôlego aos pequenos hospitais, pois o HM também não pode crescer muito em número de leitos, podendo chegar ao máximo de 200 leitos. A intenção é a de fortalecer esses pequenos hospitais, dando melhores condições a eles, o que traz benefício para os próprios municípios do interior. Por fim, destacou a necessidade de uma força política que auxilie na construção dessas redes. Luís Carlos reiterou que isso faz parte do



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
Montenegro Cidade das Artes**



programa HPP, para potencializar os hospitais de pequeno porte com recursos para que eles possam saldar suas dívidas, dando-lhes condições de funcionamento, de modo que eles possam receber demandas de pronto-atendimento nos pequenos municípios. Isso permite uma maior rotatividade de pacientes aos grandes hospitais. Assim, o HM assumirá a demanda de complexidade cirúrgica, o paciente ocupará um leito do HM durante o período crítico de internação, até poder ser transferido para um HPP, onde terá o suporte de cuidados até sua alta. Vereador Braatz destacou a necessidade de aproveitar este momento em que o estado é obrigado constitucionalmente a aplicar 12% do orçamento em saúde, para que haja uma pressão política dos gestores do Vale do Caí a fim de que o estado, mediante a SES, pactue com o HM o serviço de oncologia. Ressaltou a economia que será gerada para o gestor público caso o atendimento seja feito na cidade; e, principalmente, a contribuição do Município para diminuir consideravelmente o sofrimento das pessoas que não precisarão mais ir a São Leopoldo ou Porto Alegre. *Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.....*

**Ver. Roberto Braatz**

**Ver.<sup>a</sup> Rosemari Almeida  
Presidenta**